}1.7.

Ética teológica da ação social da Igreja

JORGE CUNHA*

Resumo: O texto pretende caracterizar e justificar teologicamente a ação da Igreja Católica como promotora de obras de ação social, ao nível da educação, da saúde, do socorro dos pobres. Tal justificação tem a sua raiz na invenção de um mundo de cuidado e de capacitação de todos para o trabalho e o cuidado de si e dos outros. Supondo a caridade e a justiça, a ação social levanta o problema do fundamento e da organização do Estado social.

Palavras-chave: ação social, pobreza, caridade, justiça, cuidado, trabalho, Estado social.

Abstract: The paper aims a theological justification of the Catholic Church social activity to help victims of poverty and other education or health needs. Such program implies a return to the sources of Christianity and its role in favour of a general care society. Care leads to work and both are founded in justice. That is why charity social organizations give a contribution to improve democratic Welfare state.

Keywords: social action, poverty, charity, justice, care, work, Welfare state.

* Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Teologia – Porto – CEFi.

As dioceses e paróquias portuguesas, bem como outras instituições eclesiais, desenvolveram, no último meio século, uma ampla rede de iniciativas de promoção social. Foi um esforço inédito, se comparado com a dimensão de obras semelhantes que houve no passado. O resultado é muito meritório e reverteu comprovadamente em benefício da população. Porém, nos dias que correm, muitas dessas organizações passam severas dificuldades para se manterem vivas, pelas mais diversas razões, que estudos de outras ciências podem avaliar com mais precisão que a teologia.

Antes de chegar a uma decisão estratégica sobre o que fazer hoje com as iniciativas eclesiais de promoção social em dificuldade, ocorre uma reflexão teológica sobre o lugar delas na missão da Igreja. Para conseguir esclarecer o assunto, teremos de ir às fontes bíblicas para captar o sentido da ação social de Jesus, teremos de relacionar a ação social com o tema do cuidado e do trabalho e, finalmente, esperamos chegar a uma conclusão sobre a pertinência da ação social e sobre o lugar da Igreja nessa matéria.

1. O sujeito da ação social e o seu destinatário

A reflexão sobre o nosso tema costuma centrar-se na Igreja, como sujeito da ação social. Desde este ponto de vista se justifica o dever e o direito da Igreja de intervir em benefício das pessoas, sobretudo de quem mais necessita de ajuda, relativamente ao sentido e âmbito em que deve processar-se essa ajuda, numa perspetiva antropológica e ética. Nesse sentido, a teologia desenvolveu uma interessante reflexão sobre o lugar da caridade como parte integrante dessa missão evangelizadora. Exemplo disso é o texto "Deus caritas est" do Papa Bento XVI, o qual condensa e prolonga excelentes reflexões anteriores sobre a definição do cristianismo como fé, esperança e caridade[1]. O fundamento da ação da Igreja sob a forma de caridade não sofre contestação. A história da Igreja é a demonstração inequívoca desta evidência. O número das instituições que nasceram ao longo da história com esta finalidade permite-nos dar corpo a páginas gloriosas do esforço dos cristãos. Desde as diaconias da Igreja das origens até às grandes, estruturadas e complexas instituições de apoio às necessidades humanas, a criatividade da Igreja não deixou de crescer em número e em inovação.

Numa breve panorâmica, podemos enumerar: o apelo à esmola e à partilha de bens, a prática das obras de misericórdia corporais e espirituais, as conferências vicentinas, o socorro social às vítimas da revolução industrial, as

[1] J. RATZINGER, *Mirar a Cristo. Ejercicios de fé, esperanza y amor*, Valencia, EDICEP, 2005.

obras de promoção social dos nossos dias – exemplos deste desvelo sem fim pelas pessoas carenciadas.

O mesmo se diga quanto à reflexão teológica sobre essa consequência imediata da virtude da caridade. A primeira delas foi o apelo à esmola, à compaixão e à solidariedade, numa perspetiva um tanto paternalista. Esse contexto evoluiu e tivemos mais recentemente a defesa da promoção social, no contexto da autonomia do indivíduo, sem paternalismo nem proselitismo, mas dentro de um horizonte de direitos sociais de cidadania. Este horizonte é cheio de consequências. Talvez seja por isso que o pensamento do Papa Francisco sobre a caridade é colocado no âmbito de um necessário desenvolvimento integral do ser humano, inserido na sociedade mundial e mesmo no contexto geral da vida de todos os viventes e do cosmos no seu todo.

De um modo geral, esta teologia da ação social da Igreja pensou-se como reflexão sobre o sujeito, a instituição eclesial enquanto responsável por uma solicitude que lhe compete por dever divinamente fundado. Sem perder nada dessa forma de pensar, vamos tentar abordar o assunto por um caminho ligeiramente diferente e menos comum. Trata-se de pensar a ação de promoção social, não pelo ponto de vista do sujeito dela, mas pelo ponto de vista do destinatário da solicitude caritativa. Veremos quem é esse destinatário, qual o fundamento teológico da necessidade de solicitude e a forma como deve essa atividade ser exercida em seu favor. Esperamos que este percurso nos ilumine de um modo diferente e mais decisivo, em ordem a tomar as decisões com as quais estamos confrontados a respeito das nossas indiscutíveis mas problemáticas instituições sociais.

2. O destinatário da evangelização e da promoção social

Um dos pontos menos conseguidos da reflexão sobre a ação social vista desde a perspetiva do sujeito consiste em olhar o destinatário como uma parte das pessoas do grupo humano que temos debaixo de consideração, precisamente aquelas que são carenciadas de assistência ou de cuidados. Ora, podemos perguntar: as pessoas necessitadas de assistência são apenas algumas? Ou, pelo contrário, são o conjunto de todas as pessoas que a Igreja encontra na sua tarefa de evangelizar? Realmente, está fora de dúvida de que há pessoas mais carenciadas de assistência do que outras. Essas merecem um cuidado especial. Mas, vendo as coisas mais profundamente, não devemos dizer que todas as pessoas são, num certo sentido, carenciadas (pelo menos, carenciadas do Evangelho, a maior de todas as carências)? Antes de darmos uma resposta a esta pergunta ambígua, vamos dar um pequeno mergulho nas fontes do cristianismo.

A Escritura, de facto, fala-nos da ação de Jesus, com importantes indicações para uma resposta a esta pergunta. De acordo com as narrativas evangélicas, Jesus encontra um número de pessoas paradigmáticas, número esse que é representativo de todos os seres humanos a quem é dirigido o anúncio da Boa Nova. E como se apresentam esses seres humanos encontrados no itinerário de Jesus? Mesmo a um olhar não técnico de estudos bíblicos, os seres humanos são encontrados numa situação de indigência múltipla[2]. A primeira indigência é a do Evangelho, quer dizer, do conhecimento do Filho de Deus e do correspondente ato de fé. Mas muitos outros são encontrados com carências mais imediatas. Recordemos, em primeiro lugar, todos os que são apresentados como vítimas da possessão demoníaca e necessitados de ser livres dela. Este estado e esta necessidade necessitam de uma cuidadosa interpretação para serem úteis ao nosso propósito. Recordemos os que são prisioneiros da incapacidade do seu corpo para prover, pelo trabalho, às suas necessidades, bem como da múltipla alienação que os torna incapazes da compostura de si, da integração social e da inclusão orante perante Deus, pelo desenvolvimento de uma atitude religiosa sadia.

Damos somente dois exemplos entre muitos. Tomemos o homem miraculado de Mc 5, 1-20[3]. É um ser humano separado de Deus, separado dos outros e despossuído da sua própria identidade. Uma vez encontrado por Jesus, ele fica em paz consigo, com os outros e, enviado por Jesus, parte a dar glória a Deus pela sanante intervenção divina. Numa linguagem abstrata, dizemos que o ser humano em causa foi dado a si mesmo, capacitado para agir por si mesmo, para cooperar com os outros, para desenvolver uma atitude religiosa desde essa abordagem divina. No dizer dos comentadores, esta narrativa é paradigmática da ação de Jesus em favor de todos os seres humanos do mundo. Doravante, esse indivíduo é um ser humano capaz de trabalhar, de amar, de orar. Em resumo, podemos dizer que a mudança acontecida nele, pelo encontro com Jesus, é o conteúdo da evangelização e da promoção social.

Damos ainda o exemplo de Jo 6, a multiplicação dos pães e dos peixes. A alusão ao pão tem que ver com a promoção social. O discurso na Sinagoga de Cafarnaum, proferido nessa altura, tem dois aspetos importantes para nós. O primeiro aspeto é a distinção e a complementaridade entre "comer o pão" e o "ver sinais", ou seja, a implicação mútua entre a promoção do desenvolvimento e a profissão da fé, como parte interior desse processo. Na conclusão

[2] Cf. J. MOLTMANN, *El caminho de Jesucristo. Cristología en dimensiones messiânicas*, Salamanca, Sígueme, 1993, 153-167.

[3] Cf. L. DI PINTO, *Un tema di teologia morale biblica. Rilievi esegetico-teologici sull'etica del discepolo, spec. in Marco*, in J. FUCHS, *Essere del Signore*, Roma 1981, 46-66; S. GUIJARRO, *El caminho del discípulo. Seguir a Jesús según el Evangelio de Marcos*, Salamanca, Sígueme, 2015.

do discurso, Jesus diz: "Trabalhai, não pelo alimento que se perde, mas pelo alimento que perdura para a vida eterna" (6, 27). Por sua vez, à pergunta dos ouvintes: Que faremos? Jesus responde, colocando o ato de fé como princípio de todo o desenvolvimento integral do ser humano: "A obra de Deus é acreditar naquele que Ele enviou" (6, 29). O segundo aspeto que nos interessa é uma alusão subtil, presente em diversas narrativas paralelas. Perante a multidão necessitada de alimento, os discípulos, interrogados por Jesus sobre o que fazer para os alimentar, dão a solução de os mandar para a família e para a aldeia, lugar antigo e novo da produção e do consumo de alimento. Mas Jesus não aceita essa solução antiga e encarrega os discípulos de darem de comer, substituindo-se, aparentemente, ao papel da família.

Desta breve alusão às fontes do cristianismo, podemos, sem forçar o raciocínio, tirar algumas conclusões. A primeira diz-nos que a carência de pão, e de capacitação para prover a essa necessidade inerente à vida, é comum a todos os seres humanos. Esta ideia é típica do cristianismo, pois, no mundo antigo, os seres humanos ou não se ocupavam disso (se eram cidadãos), ou não tinham direito a isso, por simplesmente não terem a qualidade de sujeitos (se eram escravos). Desta forma, somos levados a superar uma ideia abstrata sobre o sujeito humano, ideia essa com que têm lidado a teologia da caridade e a ação social da Igreja. Realmente, a evangelização e a promoção são para todos os seres humanos e não apenas para os "ditos" pobres. Desde o olhar de Jesus, todos os seres humanos nascem impreparados para a fé e para prover à sua vida pelo trabalho. Somente após o encontro terapêutico com Jesus e a correspondente profissão de fé eles se tornam verdadeiramente capazes de viver. Uma segunda conclusão é mais complexa e tem que ver com o sujeito da ação evangelizadora e da promoção social. Jesus inaugura uma nova forma de vida, segundo a qual não é só a família que alimenta (como era no mundo grego), mas é a própria sociedade, organizada politicamente, que tem essa função. Nesta sociedade organizada é que a Igreja encontra o fundamento da sua existência e da sua missão de promoção social. Temos, portanto, uma primeira afirmação central para compreender o sentido da ação social da Igreja: Jesus inaugurou no mundo o que podemos chamar uma civilização do cuidado de todos por todos.

3. O cuidado e o trabalho, dimensões da evangelização

Visto desde Deus, o ser humano tem a tarefa de cuidar do mundo como quem cuida de um jardim: cuidar da matéria, das plantas, dos animais e de todos os seres humanos (Gn 2, 15). Tudo o que há no mundo necessita de cuidado, pois existe como ser vivo ou em vista da vida. Por sua vez, o ser humano,

ao viver, cuida da vida plena ou ressuscitada. Leonardo Boff tem chamado a atenção para este ponto esquecido na cultura ocidental: o ser humano nasce e permanece necessitado de cuidados durante toda a sua vida[4].

Uma civilização do cuidado passou lentamente para o terreno da história. Ele está presente na primeira página da Bíblia, quando se afirma que a ação do ser humano consiste no voto "Crescei e sujeitai a terra" (Gn 1, 28) ou então na tarefa de nomear as realidades criadas (Gn 2, 20). Aquilo que dissemos da ação cuidadora de Jesus está antecipado no conteúdo desta narrativa bíblica da origem do mundo. Também está antecipada em muitos elementos presentes em muitas culturas que colocam a relação do ser humano com as criaturas no âmbito da empatia e não da exploração económica.

Porém, sobretudo desde o Neolítico, a cultura do Ocidente construiu-se na base do esquecimento desta dimensão da vida humana. Foi uma conceção centrada no trabalho e não no cuidado que prevaleceu. Podemos dizer que a narrativa de Gn 3, o pecado original, é uma interpretação muito pertinente sobre um mundo centrado exclusivamente no trabalho, sem dar lugar ao cuidado. Aí o trabalho, esquecido do cuidado, aparece como uma condenação, uma rutura da harmonia originária da humanidade com os viventes vegetais e animais e, por isso, uma condenação a viver em desarmonia com o estatuto atribuído por Deus à humanidade. Esquecido o cuidado, o afã do crescimento e do desenvolvimento, baseado numa racionalidade instrumental, tem tido uma posição hegemónica nas conceções culturais. Nos nossos dias, esta linha de ação do ser humano sobre a terra e sobre si mesmo, possibilitou um grande desenvolvimento tecnológico, mas também uma crise ecológica sem precedentes.

O cristianismo irrompeu num mundo em que os cuidados eram mínimos e o trabalho era uma condenação a ser executada por escravos e gente sem estatuto de cidadania. Foi por isso que os cristãos inventaram, desde o início, instituições de cuidado.

Temos, portanto, uma segunda conclusão: a ação social da Igreja tem como sentido último realizar o mundo de cuidados, pois essa é a condição criatural do ser humano, tal como no-la mostram as fontes bíblicas e a ação terapêutica de Jesus.

Não é necessário repetir que o cuidado tem uma relação insubstituível com o trabalho. Chamamos "cuidado" ao trabalho passivo, e "trabalho" ao cuidado ativo. Isto quer dizer que todo o cuidado prestado aos seres humanos tem como finalidade torná-los capazes para o trabalho. Todo o ser humano é cuidado e é cuidador ao mesmo tempo. Sempre que um ser humano se reduz exclusivamente à condição de beneficiário de cuidados, temos uma ordem

[4] L. BOFF, *El cuidado esencial. Ética de lo humano, compasión por la tierra*, Madrid, Trotta, 2002.

invertida das coisas. Porém, sempre que um ser humano vive exclusivamente para o trabalho, há uma inversão da ordem de sentido contrário. Numa cultura defensável e numa sociedade bem ordenada, o trabalho e o cuidado têm uma implicação recíproca que não pode ser quebrada em favor de nenhuma das partes. Se o mundo antigo e moderno foi centrado sobre o trabalho (desprezando o cuidado), o mundo contemporâneo arrisca-se a adoecer no sentido contrário: tornar-se uma sociedade de dependentes, em que os cuidados escolares e os cuidados de saúde se tornam um fim em si e não levam as pessoas a capacitar-se para o trabalho.

Temos uma terceira conclusão: a ação social da Igreja presta cuidados às pessoas que delas carecem, com a finalidade última de as capacitar para a integração no mundo do trabalho e do cuidado, de si e dos outros, superando a dependência.

4. Instituição do cuidado: a família, a Igreja, o Estado

Retomamos a observação feita a propósito da cena da multiplicação dos pães. Existe ali uma alusão a que a tarefa de alimentar e cuidar é uma tarefa de todos e não apenas circunscrita à família. Isto é tanto mais notável quanto no mundo antigo não se pensava desta forma.

No mundo grego, a questão dos cuidados era uma tarefa da família, da "oikos". Ora, a esfera da família era um mundo pouco nobre. Era, em geral, um espaço murado, invisível, cuidadosamente separado da esfera da "polis". A família era governada de forma despótica por um "pater familias", tido como senhor absoluto da esposa, dos filhos, dos escravos. A "oikos" era o lugar da natureza e das tarefas de sustentação e transmissão da vida. A sua organização caracterizava-se pela existência de uma desigualdade radical entre os sujeitos e pelo domínio do "pater" sobre os outros membros, sobretudo os escravos. Contrastava como espaço apolíneo da "polis", esse sim, lugar da igualdade, da nobreza, da visibilidade, da democracia. Apenas era frequentado pelo cidadão, nunca pela mulher, pela criança, pelo escravo, ou pelo estrangeiro. Era o espaço da amizade entre iguais a que apenas tinham acesso os cidadãos adultos e masculinos. Por isso, o mundo do cuidado era escondido e não era tarefa pública, nem política, nem eclesial.

O advento do cristianismo revolucionou este estado de coisas. Tornou público e político o universo dos cuidados, doravante tidos como direito de todos e como tarefa de todos, quer dizer, como tarefa eclesial, familiar e política. Mas estas afirmações não deixam de levantar um grande número de questões e de perguntas.

No seu grande livro de 1958, *A condição humana*, Hannah Arendt trata de diversos ângulos esta questão, dando-nos ensejo de pôr em evidência a novidade do cristianismo[5]. Segundo a autora, esta revolução, que ela apenas atribui à idade moderna, foi muito nociva à evolução da humanidade, em diversos aspetos. Com efeito, ela vê, em primeiro lugar, isto que é a novidade do cristianismo como a tragédia do triunfo do social sobre o político[6]. Tragédia, pois trata-se do triunfo do despotismo da "oikos" sobre a democracia da "polis". Para a grande filósofa, o nascimento do que se chama "Estado social" é o triunfo de uma política baseada no particularismo da economia e no esquecimento da universalidade da política. Nota, em segundo lugar, que se trata da substituição da vida contemplativa pela vida ativa, um triunfo do negócio sobre o ócio. Para ela, a vida contemplativa tem precedência sobre a vida ativa. Afirma ainda que se trata de uma inversão da ação produtiva sobre a ação política.

Estes pontos mereceriam uma muito mais longa demonstração. Vamos apenas contradizer o ponto de vista da grande filósofa no sentido de mostrar que onde ela identifica um declínio da civilização nós encontramos o advento de um mundo baseado nos cuidados que são responsabilidade política, quer dizer, responsabilidade de todos, dentro de princípios, nomeadamente o princípio de subsidiariedade. Ao contrário do que ela afirma, não aconteceu um triunfo do negócio sobre o ócio, mas uma mútua implicação das duas realidades, uma vez que o "ócio" da gratuidade da fé é a condição prévia da verdadeira capacitação para o "negócio" económico como força necessária a todos os seres humanos para prover às suas necessidades mediante o trabalho. O "homo christianus" é simultaneamente ativo e contemplativo, cidadão e membro da família, orante e trabalhador, coisas que existiam separadas e incomunicáveis no mundo clássico. Onde H. Arendt vê um retrocesso, existe uma verdadeira revolução no mundo: o advento da responsabilidade pública de cuidar e a dignificação política do ser humano como trabalhador.

5. A ação social no pensamento do Papa Francisco

O papa Francisco propõe uma visão da vida e da ação da Igreja bem significativa, se a olharmos desde a preocupação que estamos a tentar esclarecer.

A nosso ver, o centro da sua compreensão do nosso assunto encontra-se naquela secção quase final do texto *Evangelii gaudium*[7] (EG, 217-237), em

[5] H. ARENDT, *A condição humana*, Lisboa, Relógio D'Água, 2001.

[6] *Ibid.*, 51-64.

[7] PAPA FRANCISCO, Exortação Apostólica *Evangelii gaudium*, 2013, nn. 217-237.

que expõe quatro princípios centrais do seu pensamento filosófico e teológico. Eles são conhecidos e lembramos apenas a sua formulação aos leitores: o tempo é superior ao espaço; a unidade prevalece sobre o conflito; a realidade é superior à ideia; o todo tem precedência sobre as partes. Como explicar estes princípios, tendo em conta a nossa preocupação em esclarecer teologicamente a ação social da Igreja? Realmente, neles está versada uma compreensão da existência humana, ao longo de todo o seu arco temporal, como vida a cuidar e vida a trabalhar.

Cremos que estes princípios representam uma explicação fenomenológica da realidade. Eles são, pois, uma nova teoria sobre a verdade em teologia, a qual necessitaria de uma longa explicitação que não podemos fazer aqui. A realidade é compreendida desde o seu centro profundo, centro esse que é a subjetividade de Jesus, no seu mistério pascal. Nesse centro profundo da história aconteceu, de uma só vez, a criação e a redenção do mundo, visto como tempo e como espaço. A vida pessoal do ressuscitado é o ponto em que Deus é a origem de todos os seres humanos, de todos os viventes, de toda a matéria de que vivem todos os viventes. As histórias de todos os outros viventes adquirem explicação e sentido pela participação dessa origem que é também o termo de tudo. As histórias de todos os viventes são como que atualizações no tempo exterior, que se vão sucedendo por uma aproximação progressiva a esse tempo interior onde todas culminam. Em sentido joânico, o Verbo fez-se carne, quer dizer, possibilidade de comunicação vital com todos os que, ao serem tocados, são criados e salvos por esse abraço divino que, no Filho de Deus, semeia e colhe todos os viventes. É esse o sentido de o tempo ser superior ao espaço, a unidade preceder o conflito, o todo preceder a parte, a realidade preceder a ideia.

Se a nossa interpretação não estiver errada, aqui se encontra o fundamento da promoção da vida de todos como cuidado e como trabalho. Desde o centro da vida, todas as vidas são procuradas, cuidadas e promovidas até chegarem à incandescência da plenitude para onde convergem e onde viverão o prazer de um trabalho contínuo, à imagem de Deus que trabalha continuamente (cf. Jo 5, 17). O processo é progressivo na história geral do mundo e na história de cada ser humano. Claro que este processo não é determinista, mas mediado pela liberdade de todos e mesmo pela possibilidade terrível de haver alguém que se coloque fora da vida e da liberdade. Esse é o mistério do mal. Mas Deus tem meios, que só Ele conhece, de chamar a si todos. Lembremos as parábolas da misericórdia que exemplificam este modo de chamar numa busca sem fim.

O sentido da ação evangelizadora e promotora do desenvolvimento da Igreja é a inclusão de todos no cuidado e no trabalho, a começar pelos pobres

e os vulneráveis, que vão mais devagar. Daqui resulta também a promoção do bem comum e da paz, pelo caminho do diálogo incansável. Este é o fundamento de toda a vida pessoal, pastoral e social.

De acordo com estas ideias do atual Papa, podemos assistir a uma passagem de um assistencialismo paternalista a um serviço desinteressado por parte da Igreja em vista do desenvolvimento humano no horizonte da justiça. Cremos que é esse o sentido da evolução institucional que levou o Papa Francisco a criar um dicastério para o desenvolvimento humano integral.

6. A Igreja e o Estado Social

Entre os melhores frutos históricos do cristianismo, contam-se a invenção de uma política de cuidados e a reconciliação entre cidadania e trabalho. Os Estados de direito modernos tomaram a seu cargo essa múltipla tarefa, através de instituições adequadas. Por este caminho, desenvolveu-se uma rede de cuidados de saúde e de educação, as quais visam a inclusão numa justa instituição laboral e garantem o retiro honesto das pessoas depois da sua vida de emprego.

A moldura teórica que justifica esta configuração recente do Estado é a garantia da segunda geração de Direitos Humanos, ou seja, os chamados direitos sociais. Este programa, que é fácil de enunciar, é complexíssimo de pôr no terreno. Há duas dificuldades principais. A primeira é uma dificuldade prática: o Estado social precisa de muitos meios financeiros, o que aumenta desmedidamente os impostos. O segundo é uma dificuldade ética: como pensar as prestações do Estado social, numa cultura onde não é possível haver acordo sobre ideias antropológicas e éticas? As duas dificuldades são objeto de um amplo debate nos dias que correm.

Fazemos apenas uma breve alusão aos dois tipos de dificuldades. Quanto ao aumento desmedido dos serviços prestados pelo Estado social, com a consequente queda na corrupção e na tentativa de aprisionamento do Estado por parte dos interesses dos prestadores de serviços, ocorre um robustecimento do princípio de subsidiariedade. Pela afirmação deste princípio se conclui que compete ao Estado garantir que todos os indivíduos estejam incluídos na rede de cuidados e no trabalho moralizado, mas não lhe compete gerir todos os empreendimentos que realizam, no terreno, esses direitos. O princípio de subsidiariedade implica que o Estado dê lugar ao mercado e às instituições da sociedade civil na garantia dos direitos sociais. O Estado pode agir no âmbito do mercado e da economia social de forma supletiva. Por sua vez,

deve assegurar prestações gratuitas para os utilizadores, quando nem o mercado nem a economia social o puderem assegurar.

O segundo ponto é mais delicado. Não havendo unanimidade sobre que serviços fornecer, como proceder? Referimo-nos às conceções educativas, aos cuidados de saúde a prestar e assim por diante. Para dar um exemplo, podemos perguntar se se devem fornecer serviços de aborto ou de eutanásia nos centros de saúde e assim por diante. Quanto a este ponto, urge que seja reconhecida a objeção fiscal e que o financiamento de tais serviços fique por conta dos cidadãos que os reconhecem como moralmente legítimos. O Estado central tem uma obrigação formal de garantir cuidados a todos os que deles precisam e trabalho a todos os que o querem, mas, no concreto, são as organizações de ação social e as empresas de trabalho que efetivam esses direitos sociais. Aqui se abre uma ampla necessidade de reforma dos Estados atuais, no sentido de uma evolução da democracia.

Teologicamente, temos ainda de fazer mais uma observação sobre a garantia dos direitos sociais. Lembremos as palavras de *Caritas in veritate*: "a convicção de ser autossuficiente e de conseguir eliminar o mal presente na história apenas com a própria ação induziu o homem a identificar a felicidade e a salvação com formas imanentes de bem-estar material e de ação social. Depois, a convicção da exigência de autonomia para a economia, que não deve aceitar 'influências' de carácter moral, impeliu o homem a abusar dos instrumentos económicos até mesmo de forma destrutiva"[8].

A promoção dos direitos sociais não pode ignorar que a justificação do bem está condicionada por uma limitação metafísica. Com efeito, o bem e o mal andam juntos e não se pode chegar a conclusões precipitadas sobre este complexo assunto. Não se pode impor o bem e lutar contra o mal pela via da força, ao menos de uma maneira acrítica. Tomemos o exemplo da superação da violência doméstica. As políticas do Estado social tendem a acreditar que esse terrível flagelo pode ser superado pelo direito penal e pelo uso da força policial. Este é um exemplo entre muitos. Ora a teologia tem de dizer que o mal do mundo não se extirpa apenas pela força da lei e da coerção. À teologia compete dizer que o mal apenas se tira do mundo pela conversão e pela reconciliação. Por isso, as medidas de política social hão de ser acompanhadas por programas de terapia, da qual não está excluída a reconciliação sacramental. Ora, este âmbito não é diretamente político, embora a *praxis* penitencial, promovida por instâncias da sociedade civil, como são as Igrejas, não deixe de ter consequências nesse capítulo.

[8] BENTO XVI, Encíclica *Caritas in veritate*, 2009, n. 34.

Em muitos outros aspetos de realização dos direitos sociais, esta questão teológica é relevante. Ao Estado compete reconhecer que o princípio de subsidiariedade tem ganho novas implicações. A principal delas é o reconhecimento do lugar da sociedade civil como lugar da realização de ações terapêuticas de cuidado que são aptas para resolver questões sociais com que todos estamos confrontados, como a violência, o conflito, a evolução do respeito por todas as diferenças, como o respeito por todas as variantes de género.

7. O papel da Igreja na promoção social

Chegamos ao ponto final de resposta à nossa pergunta inicial: deve a Igreja promover instituições de apoio social? Ou então, formulando de outro modo a pergunta: como deve proceder a Igreja diante das dificuldades por que passam as suas instituições de promoção social?

O direito de a Igreja iniciar e sustentar iniciativas de promoção social não sofre contestação. Mas deve a Igreja promover estas iniciativas quando elas são já asseguradas pelo Estado ou por outras formas de instituição cívica? Na resposta a esta pergunta ocorre lembrar que o verdadeiro lugar da intervenção social da Igreja se pauta pelo princípio da preferência pelos pobres. Em concreto ocorre dizer que a Igreja pode fazer sempre o que está ao seu alcance para fundar centros sociais ou escolas, mas não pode absolutamente dispensar-se de as promover quando houver necessidade de socorrer aqueles que de outro modo não serão cuidados e integrados. Podemos especificar melhor as consequências deste princípio do seguinte modo.

A preferência pelos pobres deve ser quanto possível temporária. Isso quer dizer que o seu esforço deve consistir em integrar as pessoas no mercado e na economia social. Assim que isso for conseguido, a Igreja pode e deve retirar-se, pois o fim da intervenção é o de levar os sujeitos até à inclusão e à autonomia. Por isso, nos lugares onde houver suficiente cobertura do sistema estatal de promoção social ou de outras organizações da sociedade civil, a Igreja deve abandonar os seus postos. Fazer um centro social numa zona socialmente rica é desprovido de sentido. Ter colégios para pessoas que podem fazê-los por si é menos justificado do que tê-los onde as pessoas falham a escolaridade se não houver quem promova a educação.

Ainda uma pergunta: deve a Igreja promover instituições sociais recorrendo a fundos públicos? Quando a Igreja o faz, tem de estar consciente de que fica sujeita a agir segundo as diretivas do Estado. Isso aplica-se a escolas ou hospitais com os chamados contratos de associação. Aqui se abre a possibilidade de justificar esta prestação de serviços como forma de afirmação da

liberdade de ensino ou de prestação de cuidados de saúde. Mas a experiência mostra-nos que a existência destas instituições sociais de saúde ou de educação causa conflitos de consciência aos profissionais.

Conclusão

A Igreja tem um passado e um presente gloriosos no socorro dos pobres e na promoção social. Num tempo de dificuldade para muitas das suas organizações de caridade e de socorro social, tem de pensar de novo a sua missão sociocaritativa. Em tais circunstâncias, ocorre voltar às suas fontes.

Mais do que socorrer os pobres, num contexto assistencialista, a sua missão é fundar um mundo de cuidado por tudo e por todos que leve à capacitação de todos os seres humanos para cuidar de si, dos outros e da Terra pelo seu trabalho. A caridade e a justiça caminham de mãos dadas neste programa.

Em ordem a pensar a sua intervenção social nos dias que correm, a Igreja deve lembrar-se que o princípio básico da sua atuação é a preferência pelos pobres, para que possam chegar à cidadania e ingressar no mundo do cuidado e do trabalho.

A ação social da Igreja não é pensável sem o carácter profético de uma sociedade justa, fundado no reconhecimento dos direitos sociais de cidadania, elemento especialmente relevante hoje como contributo para um Estado social assente na justiça e na liberdade.